

Atenção: As opiniões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a opinião do site ou da instituição.

## **Prospectos da democracia na América Latina em 2006\***

**Maria Celina D'Araujo,**  
doutora em ciência política,  
CPDOC/Fundação Getúlio Vargas,  
Rio de Janeiro, março de 2006.

### **América Latina, relembrando generalidades necessárias**

O termo América Latina remete a uma uniformidade inexistente. Sob tal rubrica incluímos mais de 700 milhões de pessoas e tudo que está abaixo do Rio Grande, rio que separa os EUA do México. Além deste país, ao norte, são 7 países na América Central e 12 na América do Sul e os 14 países do Caribe representados na OEA, com destaque para aqueles que mais aparecem no noticiário: Cuba e Haiti.

Tudo é nomeado como latino no Hemisfério, à exceção do Canadá e dos Estados Unidos da América, apesar de haver aqui países colonizados por ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses e de a região ter recebido correntes migratórias de diversas origens europeias, africanas e asiáticas. Diferentes heranças culturais, diferentes línguas, predominâncias variadas em termos étnicos, riqueza cultural intensa e diversificada.

Este conjunto de países tão diferenciados pode ser visto como um bloco quando se compara seu nível de desenvolvimento com o da Europa Ocidental, do Canadá e dos Estados Unidos. São todos países em vias de desenvolvimento. São, em geral, países com uma dívida social imensa, com déficit democrático, déficit de direitos e com problemas na economia muito mais graves do que os do primeiro mundo.

### **Sobre democracia na América Latina – a política em transição**

---

\* Versão ligeiramente modificada de relatório apresentado à Fundação Ford em fins de 2005.

Uma primeira observação: em praticamente todos os países vivemos democracias emergentes, saídas de ditaduras militares ou caudilhescas, com exceções como Colômbia, Venezuela, México e vários pequenos países da América Central. Em quase todos, também, verifica-se um processo de realinhamento partidário ainda sem contornos precisos. Mesmo um país como o México que não passou por regimes militares vive uma reestruturação partidária que tirou do PRI a hegemonia na política nacional depois de 80 anos.

No Uruguai e Argentina, países que no passado tiveram duas das mais importantes democracias da América do Sul e que se caracterizaram por ter estruturas partidárias sólidas, o sistema bipartidário está em transição. No Uruguai, durante quase um século, dois partidos dividiram o poder – *Colorados* e *Blancos* – até a recente eleição de Tabaré Vázquez pela Frente Ampla. Na Argentina o Frepaso surpreendeu como alternativa a justicialistas e radicais mas recentemente temos um governo praticamente de partido único com uma oposição fragmentada. Dois países mostraram processos mais drásticos na reordenação (ou desordenamento) partidária: no Peru os partidos são hoje praticamente inexistentes como correntes de identificação política e na Venezuela a eleição de Hugo Chávez em 1998 pôs por terra o prestígio dos partidos tradicionais (AD e Copei) que governaram o país desde os anos 1950.

Na maior parte dos países, portanto, está em marcha um processo de intensa mudança no sistema de representação política com a emergência de novos partidos e de novos atores políticos, especialmente os grupos indígenas, a exemplo de Venezuela, Bolívia, Equador e Peru.<sup>1</sup> No caso do Brasil, a eleição de Lula em 2002, representou simbolicamente a emergência dos trabalhadores no poder, fato notável se consideramos o elitismo e o conservadorismo da política brasileira.

A recente democratização no Continente se faz acompanhar de uma intensa mudança nas estruturas partidárias, por frustrações com os governos “populares” e por um profundo questionamento das instituições representativas. Partidos e Legislativo são

---

<sup>1</sup> Sobre a incorporação e ampliação desses grupos étnicos na política há posições críticas e outras que as consideram um avanço da democracia. Neste último caso ver por exemplo, Raul L. Madrid, *Indigenous Parties and Democracy in Latin América*. *Latin American Politics & Society* 47.4 (2005) 161-179. Para o primeiro caso ver Luis Esteban González Manrique. El “etnonacionalismo”: las nuevas tensiones interétnicas en América latina.

<http://www.offnews.info/verArticulo.php?contenidoID=1475>.

figuras imprescindíveis aos governos democráticos e embora sejam instituições sob a mira da crítica em todo o mundo, o descrédito de que vêm sendo alvo na América Latina é preocupante.<sup>2</sup>

A grande novidade da América Latina é a democracia política que vem quebrando monopólios da representação política tradicional em um contexto de escassez de recursos econômicos. Os resultados deste intenso processo de democratização, com a incorporação de novos atores, precisam ser acompanhados com acuidade. A democratização da política ainda não se fez acompanhar pela necessária democratização das relações entre Estado, governo e sociedade.

### **Democracia na América Latina e problemas persistentes**

Trinta anos de democracia. Democracia emergente, partidos emergentes, representação política com baixa representatividade, hipertrofia do Poder Executivo e baixa credibilidade do Judiciário (na média apenas 31% da população da América Latina crêem que funciona bem). Ao lado disso, crise econômica, desigualdade, crescimento abaixo das expectativas gerando bolsões de descontentamento permitindo um *revival do* populismo em alguns países. Violência em níveis muito superiores aos que se observa no mundo - 3 vezes maior que a média mundial e 20 vezes maior do que na Europa Ocidental – o que remete à pouca eficácia dos sistemas de segurança. *A América Latina é a região mais violenta do mundo.*

Na maior parte dos países, apesar das grandes expectativas produzidas pelas eleições presidenciais e pelo fato de que vários dos eleitos provêm de setores não vinculados à política tradicional, o que significaria renovação, as frustrações têm sido enormes. Isso acontece, por exemplo, no Brasil e no Peru (o governo mais impopular da América Latina apesar de vir mantendo uma taxa de crescimento de 5% ao ano). Há insatisfação com a democracia basicamente por não ter resolvido os problemas

---

2 Os dados apresentados aqui foram extraídos dos relatórios do PNUD e do Latino Barômetro que levam em consideração 18 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. <http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>; [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org). Utilizou-se também bancos de dados dos sites da Transparência Internacional, da Flaco, da OEA e de vários periódicos de diversos países. Ver ainda Francisco Rojas Avarena. *La gobernalidad en América Latina, balance reciente y tendencias a futuro*. FLACSO, Secretaria General, 2005.

econômicos, em especial o desemprego. Mais da metade da população concordaria com um governo autoritário que resolvesse essas questões.

Falta transparência e prestação rigorosa de contas na maior parte dos governos. Isso se associa diretamente a dois fatores: a corrupção na maior parte dos países, com exceções como Uruguai e Chile. Remete também ao problema da baixa credibilidade dos tribunais. A Justiça não tem garantido a não violação de direitos civis. Cerca de 70% da população crêem que os funcionários públicos são corruptos e não confiam no destino dado aos impostos que pagam.

Apesar de todos os avanços nos Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos e nas novas modalidades institucionais de acesso à Justiça – Defensorias de Pueblo, promotorias, defesa do consumidor, delegacias de mulheres etc. – o Judiciário continua sendo entre nós o calcanhar de Aquiles da democracia.

86% não acreditam que os políticos defendam os interesses do país. 63% das pessoas apoiavam a democracia em 1997 e esse número cai para 53% em 2004. Mas, destes, apenas 62% estão satisfeitos com ela. A legitimidade do Estado de Direito e do cumprimento da lei é questionada. A deslegitimidade dos governos, contudo, é maior do que a crise da democracia.

Há que mencionar a questão da juventude, em especial na América Central e no México, com o problema das *maras* ou *pandillas*, a importância do narcotráfico para a economia, para a política e a violência, e como fator de atração para os jovens. Também a baixa presença das mulheres, de indígenas e de negros na política, ou seja, a persistente distorção na representação de grupos tradicionalmente excluídos embora haja maior consciência política a respeito das minorias. Por exemplo, as mulheres representam mais de 30% no Congresso na Argentina e no Chile, cerca de 20% no México mas apenas 10% no Brasil. No Peru, os indígenas não chegam a 1% no

Congresso embora sejam 43% da população. No Brasil os negros ocupam apenas 2,8% das cadeiras no Parlamento embora sejam quase metade da população.<sup>3</sup>

### **Democracia na América Latina – apreciação geral positiva**

Observa-se na região um esforço das agências e tratados interestatais para fortalecer a governabilidade e a democracia. Aumenta o diálogo entre os países e acelera-se a fixação de protocolos internacionais visando a fortalecer as regras democráticas do Estado de Direito. Temos um continente de paz, com poucos gastos militares, que não representa um foco de ameaça à ordem internacional e que vem empreendendo esforços continuados para fortalecer o multilateralismo e a cooperação regional.

No ponto de vista político temos mais estabilidade. Nos últimos 20 anos 14 presidentes da República eleitos, em 10 dos 34 países, deixaram o poder mediante renúncia ou destituição: Argentina em 1989 e 2001, Brasil em 1992, Venezuela e Guatemala em 1993, República Dominicana em 1996, Equador em 1997, 2000 e 2003, Paraguai em 1999, Peru em 2000, Bolívia em 2003 e 2005, Haiti, 2004. Além disso, houve uma tentativa frustrada de golpe na Venezuela em 2002. Em nenhum caso, contudo, tivemos regimes de exceção. Mesmo com tentativas desviantes como a de Fujimori no Peru e o golpe na Venezuela, a sucessão no poder tem sido feita pelas vias institucionais. Países como Bolívia, Haiti e Equador com crise de governabilidade de longo prazo acomodam-se às regras legais. Equador teve sete presidentes entre 1997 e 2005 e Bolívia quatro entre 2001 e 2005. Em todos os casos, contudo, tem-se buscado resolver as questões de mando através de eleições e das vias constitucionais.

Até o fim de 2006, estão marcadas eleições presidenciais em 7 países: Peru, Colômbia, República Dominicana, México, Equador, Brasil, Nicarágua e Venezuela. Além disso, houve, em novembro de 2005, eleição presidencial em Honduras, onde os principais candidatos eram de matriz conservadora, e eleições parlamentares na

---

<sup>3</sup> Ver Relatório da União Interparlamentar (UIP), de fevereiro de 2006, no site, [http://www.copa.qc.ca/Portugais/Femmes\\_port/banque%20documentaire/uipPOR.html](http://www.copa.qc.ca/Portugais/Femmes_port/banque%20documentaire/uipPOR.html)

Venezuela em inícios de dezembro. Neste caso, a vitória foi do governo apesar de uma abstenção de 75% dos eleitores. Haiti realizou eleições presidenciais em clima confuso mas com resultados legitimados pelas partes, o Chile elegeu uma presidente socialista e a Bolívia um representante indígena. Estas novidades vêm sendo absorvidas sem maiores transtornos embora casos como os da Venezuela e Bolívia produzam inquietação internacional.

Em geral, as eleições têm transcorrido sem maiores incidentes, o calendário eleitoral tem sido mantido e os mandatos cumpridos.

Em praticamente todos os países os indicadores de desenvolvimento eleitoral (IDE) estão contemplados: eleições livres e limpas, voto universal, eleição como principal critério de acesso a cargos públicos. A participação feminina no Parlamento, embora ainda muito baixa, cresceu de 10% para 15,5% em 10 anos, com grandes disparidades entre os países.

Do ponto de vista social, a mortalidade infantil caiu quase pela metade nos últimos trinta anos, diminuiu o analfabetismo e a desnutrição infantil, os direitos das minorias têm sido mais observados, a esperança de vida cresceu em 10 anos, o crescimento do PIB *per capita* aumentou apesar da crise. Aumentou a liberdade de imprensa assim como o acesso à informação. Melhoraram condições de saneamento, indicadores de educação, de liberdade sindical, há mais atenção às questões do trabalho infantil e escravo e há mais consciência da pobreza e da desigualdade.

Podemos dizer que tudo melhora muito lentamente, muito menos do que o necessário. De toda forma, não vivemos um retrocesso social e econômico. Do ponto de vista político, a democracia é a grande novidade e é por meio dela que os países estão procurando superar seus problemas.

### **Democracia e economia**

A maior parte dos estudos sobre a América Latina refere-se ao paradoxo entre economia e política. A percepção de que a democracia não se faz acompanhar por desenvolvimento econômico e pela produção de bens públicos suficientes para conter a crise social, gera o temor de que o eleitorado tenda a prestigiar lideranças

carismáticas ou populistas, de direita ou de esquerda. Ou ainda, que venham a surgir crises de governabilidade mais graves.

No entanto, a região, com exceção de Cuba, não tem seguido modelos econômicos alternativos. Mesmo a Venezuela, apesar do discurso nacionalista, não reformatou sua economia de mercado. A dinâmica de integração e a crise fiscal têm levado a maior parte dos países a acatar uma maior responsabilidade fiscal. Há pouca divergência quanto à necessidade de se controlar a inflação e os gastos públicos. Os temores referem-se principalmente ao descumprimento de contratos e à possibilidade de políticas econômicas nacionalistas e protecionistas.

O “Consenso de Washington” não produziu os resultados esperados em termos de promoção do desenvolvimento econômico e social, constatação aceita até pelo FMI. Não há, contudo, uma contra-hegemonia do ponto de vista econômico.

### **Compromisso multilateral com a democracia**

Do ponto de vista da política externa, nunca a região esteve tão comprometida com a manutenção da democracia. Os tratados de cooperação econômica, como o do Mercosul, e as decisões dos países membros do Grupo do Rio, têm cláusulas a esse respeito. A Carta Democrática Interamericana, assinada em Lima, em 11 de setembro de 2001 também. Nela se lembra que os chefes de Estado e de governo das Américas, reunidos em Quebec em abril do mesmo ano, haviam estabelecido que qualquer alteração ou ruptura da ordem democrática, qualquer violação às constituições dos países membros, constituiria um obstáculo “insuperável” para a participação do governo desse Estado nas *Cumbres de las Américas*. Deixa registrado também que o exercício efetivo da democracia representativa é a base dos regimes e do Estado de direito para os países membros da Organização dos Estados Americanos que deverão se pautar por: respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, realização de eleições periódicas livres e justas e subordinação constitucional de todas as instituições do Estado à autoridade civil, legalmente constituída.

O artigo 20 da Carta estabelece que em caso de um Estado membro sofrer uma alteração da ordem constitucional que afete seriamente a ordem democrática, qualquer Estado membro ou o Secretário Geral da OEA pode solicitar a convocação imediata

do Conselho Permanente para um exame coletivo da situação e adoção de medidas pertinentes.

Estas posições são reafirmadas, em abril de 2002, na Declaração do Grupo do Rio Sobre a Situação na Venezuela. Aqui se reafirma o direito dos povos à democracia, a obrigação dos governos em promovê-la e defendê-la e se reconhece que a democracia representativa e o respeito à Constituição são indispensáveis para a paz e o desenvolvimento da região.

Em julho de 1998, em decorrência da tentativa de golpe no Paraguai, os países membros do Mercosul, junto com Chile e Bolívia, membros associados, assinaram o Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático, dispondo que o respeito à ordem constitucional e à democracia eram condições imprescindíveis para a manutenção dos países nesse bloco regional. Na mesma ocasião, foi lançado o documento intitulado Declaração Política do Mercosul através do qual os governos dos seis países membros se prontificam a incentivar processos de cooperação regional em termos de defesa e segurança e a assegurar a paz como requisito para a existência do Bloco. Outros documentos de organizações internacionais, no âmbito da região, incluindo o CATFA, o CARICOM e o Pacto Andino, insistem nesses princípios.

Os cinco encontros da Cúpula das Américas (Miami, 1994; Santiago do Chile, 1998; Quebec, 2001, Monterrey, 2004 e Mar del Plata, 2005) reafirmaram praticamente a mesma agenda: desenvolvimento, democracia, integração econômica, direitos humanos, responsabilidade social, paz, medidas de confiança recíproca. O fato de a ALCA ainda não ter sido implementada (em 1994 previa-se que isso ocorreria em 2005) é um sintoma de que, apesar da hegemonia econômica dos EUA, esse tem sido um espaço de negociação e de conciliação de interesses.

Na América Latina a democracia tornou-se moeda política e econômica. A OEA tem colaborado com a realização desses princípios enviando observadores aos países cujas eleições se dão em ambiente de desconfiança. Se esses tratados forem respeitados, as chances de um desenvolvimento democrático são grandes.

### **Ciclo revolucionário?**

A eleição de Lula, no Brasil, em 2002, deu margem à expressão “eixo da mal”, uma alusão aos governos de Cuba, Venezuela e do Brasil, que teriam objetivos contrários ao capitalismo e aos EUA. Para alguns analistas e militantes políticos, em 1998, com a eleição de Chávez, teria se iniciado um “Ciclo revolucionário” que seguia com a eleição de Lagos no Chile, de Lula no Brasil, de Tabaré no Uruguai, de Evo Morales (MAS – *Movimiento el Socialismo*), na Bolívia, e, em menor escala, com a de Michelle Bachelet no Chile. As perspectivas quanto a André López Obrador do Partido da Revolução Democrática no México, de Daniel Ortega na Nicarágua e de Ollanta Humala, no Peru, dariam continuidade a esse processo. Todas essas pessoas, com exceção de Bachelet evocada como uma vitória das mulheres, estariam identificadas com populações indígenas, pobres e trabalhadores.

Há controvérsias quanto a esse possível “ciclo”. A maior parte dos países, mesmo com afinidades ideológicas de centro-esquerda, tem se pautado pelo pragmatismo econômico e pela ênfase na questão social, mesma postura adotada pelos chamados governos de direita ou conservadores. O Chile, por exemplo, tem uma política econômica que é praticamente apartidária.

Reina na América Latina um sentimento mais antiamericano do que antimercado. O nacionalismo é parte constitutiva da identidade latino-americana e tem crescido nos últimos anos como reação às privatizações. Mas, mesmo com as questões dos hidrocarburetos na Bolívia, nenhum presidente pautou sua campanha pela estatização ou por um nacionalismo xenófobo.

A mobilização social acontece prioritariamente em países com grande concentração de indígenas como Venezuela, Equador e Bolívia. Os sindicatos, tradicionais meio de mobilização política do populismo, estão em baixa. Os partidos de esquerda não têm maior expressão eleitoral. A falta de instituições partidárias sólidas dá margem a que lideranças pessoais entrem na cena política com mais ousadia. Apesar da baixa institucionalização política, os 30 anos de democracia têm permitido ajustes de rota nos casos em que a lei e a ordem foram desrespeitados.

### **Nacional-populismo-etnicista?**

Alguns analistas temem a possibilidade de um populismo nacionalista e étnico levando em conta certos candidatos em países com populações indígenas expressivas. Vários países têm partidos e organizações políticas nesse sentido: na Bolívia o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales; no Equador a Confederação de Nacionalidades Indígenas, (Conaie) e o Movimento Indigenista Pachacutik do dirigente aimara Felipe Quispe (com propostas de um Estado independente e que também atua na Bolívia); na Colômbia a Aliança Social Indígena (ASI); no Peru o Movimento Etnocacerista (ME) dos irmãos Ollanta e Antauro Humala que em 2000 encabeçaram um movimento contra Fujimori. Ollanta é candidato a presidente da República do Peru em 2006 e sua popularidade preocupa os adversários, em particular a candidatura favorita da conservadora Lourdes Flores.

Existem quase 400 grupos indígenas na América Latina, com quase 40 milhões de pessoas. São 9% da população da região, mas representam 27% da população rural que em sua grande maioria vive abaixo da linha da pobreza.

Esses grupos estão em processo de organização política mas não o fazem pela via radical contrária à democracia. Embora ainda incipientes, devem ser vistos como um importante avanço democrático. Sua incorporação ao sistema político fará melhorar a qualidade da democracia.

### **Militares e democracia**

Os militares são ainda atores políticos importante em muitos países (Equador, Paraguai, Venezuela, por exemplo) ou vêm mantendo uma posição de superioridade institucional (tutela ou autonomia) em outros. Em poucos pode-se dizer que há efetivamente uma subordinação dos militares ao poder civil e democrático. Este é um processo em construção. Prerrogativas militares existem no Chile e no Uruguai, as mais fortes democracias da região. Isso não quer dizer que estejamos em processo de novo protagonismo militar. Há no continente certa convergência no sentido de que os militares não devem voltar ao poder. Nem há da parte da instituição militar, em geral, projeto para ocupar diretamente as funções de governo.

A questão militar, de toda forma, não tem recebido o tratamento adequado. Sociedade civil e Parlamento, em geral, não têm dado a devida atenção aos assuntos militares e

de defesa. A sociedade, através de seus representantes, precisaria definir que tipo de militares deseja formar e o que devem cumprir em termos de defesa externa. Forças Armadas ainda estão identificadas com segurança interna, aliás uma função que o governo norte-americano acha que devem cumprir. A América Latina ainda não desmilitarizou as questões da defesa e das polícias.

### **Observações pontuais**

Na América do Sul quatro países são classificados como de alto risco político: Colômbia pela guerrilha das FARC; Venezuela, Bolívia e Equador por conta de problemas de natureza popular e ideológica. São países que têm passado por confrontos de rua e protestos sociais. Em relação a eles há expectativas variadas quanto às escolhas políticas que venham a fazer e quanto às reações internas que as oposições possam ter. São zonas de incerteza embora cada um tenha presente os custos políticos e econômicos de uma ruptura inconstitucional. Os tratados internacionais de cooperação, em suas cláusulas democráticas, têm engessado os golpistas. Se cumpridos, serão um cordão sanitário a proteger a política local.

Equador vive uma crise entre os três poderes pautada pelo debate em torno das reformas políticas que o país deve empreender, entre elas a reforma constitucional. A Bolívia com a eleição de Morales, surpreende pela alta mobilização de seu povo, pelas manifestações nacionalistas e pela ameaça do separatismo da região mais rica. Para alguns, passa por um processo de empate catastrófico entre antigas e novas lideranças.

Na Venezuela, as eleições legislativas de dezembro de 2005, ocorreram sob boicote da oposição que alegou falta de garantias. A vitória foi do governo que conquistou para o partido oficial, Movimento V República (MVR), 114 das 167 cadeiras da Assembléia Nacional (a Venezuela é unicameral). 75% dos 14,5 milhões de eleitores se abstiveram, contra 44% nas eleições legislativas de 2000 e 69% das eleições municipais de 2004. Ao que tudo indica, cresce no país a tendência “*ni-ni*”: *ni gobierno, ni oposición*.

A América Central frequenta o noticiário mais pelas catástrofes naturais do que por seus conhecidos problemas políticos. É hoje uma região de paz depois de décadas de

guerra civil. E também de instabilidade política. Mas não há ali também uma contra-hegemonia. Apesar dos conflitos internos parece que se consolida a idéia de que é pela via eleitoral que devem se formar os governos. A Nicarágua terá eleições em fins de 2006 e um dos candidatos é o ex-guerrilheiro, Daniel Ortega, da Frente Sandinista, que desde 1990, por três vezes, pleiteou o poder via eleições e foi derrotado.

### **Comentário final**

Pode-se dizer que, depois de tantas decepções com governos eleitos, o cidadão da América Latina esteja vivendo um momento de fadiga eleitoral, com menos expectativas em promessas salvacionistas. Nada indica que estejamos em uma marcha para a esquerda ou para a direita. As propostas mais conservadoras de hoje encampam reformas progressistas na área social e os governos de esquerda têm sido pragmáticos. Os governos que não se pautarem pelo pluralismo político terão mais problemas de governabilidade.

A América Latina não vive uma crise institucional generalizada mas precisa fortalecer suas instituições políticas. Em alguns casos, construí-las. Está aprendendo a fazer política democrática sem ter tradições democráticas tendo contra si ainda uma história de exclusões e desigualdades. Por isso, avanços e retrocessos. Falta-lhe o pano de fundo da igualdade e a tradição de bons governos articulados com a sociedade civil.

Não é prioridade para os EUA e deles não receberá tratamento especial a não ser em questões de narcotráfico e de terrorismo. Há que avaliar, contudo, se ao insistir que as Forças Armadas devem exercer funções de polícia, os EUA não estariam fortalecendo um ator que, na América Latina, tem sido fator de instabilidade e de vulnerabilidade para a democracia.

América Latina – eleições em fins de 2005 e em 2006

| País     | Eleição presidencial | Anos de mandato | Eleições legislativas |
|----------|----------------------|-----------------|-----------------------|
| Honduras | Nov. 2005            | 4               | Nov. 2005             |
| Chile    | Dez. 2005            | 6               | Dez. 2005             |
| Bolívia  | Dez. 2005            | 5               | Dez. 2005             |
| Haiti    | Fev. 2006            | 5               | Jan. 2006             |

|                  |           |   |           |
|------------------|-----------|---|-----------|
| Costa Rica       | Fev. 2006 | 4 | Fev. 2006 |
| Peru             | Abr. 2006 | 5 | Abr. 2006 |
| Colômbia         | Mai. 2006 | 4 | Mai. 2006 |
| R.<br>Dominicana | Mai. 2008 | 4 | Mai. 2006 |
| México           | Jul. 2006 | 6 | Jul. 2006 |
| Equador          | Out. 2006 | 4 | Out. 2006 |
| Brasil           | Out. 2006 | 4 | Out. 2006 |
| Nicarágua        | Nov. 2006 | 5 | Nov. 2006 |
| Venezuela        | Dez. 2006 | 6 | Nov. 2005 |